



Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

DECRETO Nº 3.871, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Direito Real de Uso Resolúvel à Associação dos Moradores do Residencial Vila Arcádia do loteamento denominado “Vila Arcádia” e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 94, inciso I, e 95, da Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao disposto no art. 46 da Lei Municipal nº 2.759, de 28 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Municipal nº 3.284, de 11 de maio de 2012, cumulado com o disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 4.244, de 22 de novembro de 2018;

Considerando os pareceres constantes no processo administrativo externo nº 8798/2013, assim como o Relatório de Impacto de Circulação;

Considerando a necessidade de dar eficácia às citadas normas jurídicas, diante da regularidade do processo do pedido de fechamento do loteamento. Verificado o cumprimento das exigências das citadas normas jurídicas;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Direito Real de Uso Resolúvel a Associação dos Moradores do Residencial Vila Arcádia, CNPJ nº 20.794.685/0001-00, de todas as áreas públicas de lazer e as vias de circulação compreendidas no perímetro interno do respectivo loteamento, nos termos do art. 38 da Lei Municipal nº 2.759, de 28 de dezembro de 2007.

Art. 2º As áreas acima indicadas, abrangidas por este Decreto, nos termos do § 2º do art. 38 da Lei Municipal nº 2.759, de 2007, presente na planta juntada ao processo administrativo externo nº 8798/2013, ficam desafetadas do uso comum, durante a vigência desta concessão.

Art. 3º Fica a Associação dos Moradores do Residencial Vila Arcádia, beneficiária desta concessão autorizada a utilizar até 5% (cinco por cento) das áreas verdes constantes da planta que instruiu o processo de pedido de fechamento do loteamento, para os fins e nas formas previstas pelo § 4º, do art. 38 da Lei municipal nº 2.759, de 2007.

Art. 4º A presente concessão de uso é onerosa, nos termos previstos no § 3º, do art. 39 da Lei municipal nº 2.759, de 2007, devendo à beneficiária providenciar o pagamento devido, iniciando-se o mesmo em 90 (noventa) dias a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Todos os ônus decorrentes da manutenção e conservação das áreas objeto da concessão serão de inteira responsabilidade da Associação dos Moradores do Residencial Vila Arcádia e solidariamente de todos os proprietários, no caso dos loteamentos previstos no inciso II, e dos empreendedores, para os loteamentos previstos no inciso I, ambos do art. 37 da Lei Municipal nº 2.759, de 2007, com redação dada pelo art. 13 da Lei nº 3.284, de 11 de maio de 2012, que, após sua implantação passarão para responsabilidade da entidade representativa, principalmente, as obrigações constantes nos incisos do art. 47, da Lei Municipal nº 2.759 de 2007, com redação dada pelos artigos 21 e 22 da Lei nº 3.284, de 2012.



Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

Art. 6º Na hipótese de descumprimento das obrigações de manutenção e conservação ou desvirtuamento da utilização dos bens públicos concedidos para a Associação dos Moradores do Residencial Vila Arcádia, a Administração Municipal revogará a concessão e assumirá a total responsabilidade pelos bens públicos, determinando ainda o previsto no art. 49 da Lei Municipal nº 2.759, de 2007.

Art. 7º Todas as despesas decorrentes de emolumentos, taxas e outras despesas cartorárias ou de outra natureza, serão suportadas exclusivamente pela beneficiária.

Art. 8º Aplica-se a presente Concessão de Direito Real de Uso, no que couber, as normas previstas na Lei Municipal nº 2.759, de 2007, com as alterações da Lei nº 3.284, de 2012, da Lei nº 4.244, de 2018 e da Lei Municipal nº 4.193, de 18 de julho de 2018.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 13 de setembro de 2019.

ROGÉRIO CÉSAR DE MATOS AVELAR
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.